

A Pesquisa Científica Abandonada

Atualmente, o valor da bolsa de Iniciação Científica já não consegue mais comprar uma cesta básica em São Paulo. Ela, que custava cerca de R\$ 354 em 2014, custa hoje R\$ 791, porém o valor da bolsa não sofreu nenhum reajuste há 9 anos, permanecendo em R\$ 400 desde 2014. Também nesse período, o salário mínimo sofreu nove reajustes sem que houvesse qualquer alteração na bolsa. Com a baixa possibilidade de o pesquisador ter uma vida digna, é evidente que a legislação atual não é suficiente para lidar com os problemas da pesquisa científica.

A distribuição de bolsas é realizada por meio de dois órgãos públicos que administram e avaliam a realização da produção científica, a CAPES e o CNPq. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), criada pelo Decreto 29.741/51 de 11/09/1951, tem foco na expansão e consolidação da pós-graduação *strictu sensu*, onde a pesquisa científica é realizada no meio acadêmico. Já o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), fundado pela lei 1.310 de 15/01/1951, foca suas atividades para promover e estimular o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica em geral. Nesses dois órgãos, os valores das bolsas são definidos por normas e, sendo a CAPES pertencente ao Ministério da Educação (MEC) e o CNPq ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC), os reajustes dependem do orçamento investido em cada um desses Ministérios.

Vale salientar que o orçamento público federal direcionado para a pesquisa científica diminuiu 60% entre 2014 e 2022, de acordo com o Observatório do Conhecimento. Em 2014, o investimento foi de R\$ 27,8 bilhões, enquanto em 2021 o valor foi de R\$ 10,5 bilhões. A CAPES teve corte de 42,6% no investimento e o CNPq, de 49,7%, no mesmo período. Esses cortes representam graves problemas para o desenvolvimento científico do país, em curto e longo prazo. Segundo a professora de Sociologia da USP, Maria Arminda do Nascimento Arruda, a curto prazo há uma redução do acesso à pesquisa, já no longo prazo há a possibilidade de elitização das universidades públicas e perda de conhecimento.

O baixo investimento reduz a perspectiva de produção de inovações em diversas áreas e também impacta a economia do país. Segundo o estudo “Impacto econômico do financiamento da ciência: estudo de caso um Bem de Capital em Nanotecnologia”, o investimento em ciência torna a balança comercial superavitária, independente do resultado. Produzindo tecnologia nacional, é possível diminuir a dependência tecnológica e a importação, diminuindo os preços e possibilitando maior exportação de tecnologia do país.

Por fim, com a falta de investimento e sem que o pesquisador consiga sobreviver com a bolsa que recebe, o número de estudantes interessados na ciência diminui cada vez mais. É necessário que o governo aumente o investimento público em ciência e tecnologia a longo prazo e, em médio prazo, os reajustes nas bolsas para os pesquisadores sejam feitos de forma que acompanhem a evolução do salário mínimo e da inflação.